

Editorial

Este número da Revista do Serviço Público (RSP) apresenta artigos que trazem ferramentas importantes para a gestão pública brasileira, com especial enfoque na questão das PPPs, da precificação de serviços e de instrumentos de avaliação que necessitam ser aprimorados para a construção de melhores políticas públicas pelo Estado brasileiro. Além disso, analisa questões importantes sobre a burocracia brasileira, examinando sua dinâmica política e institucional.

O primeiro artigo, de Menezes, Hoffman e Zanquetto Filho, explora a relação entre o conceito de *stakeholders* e as parcerias público-privadas (PPP), partindo de dois referenciais teóricos distintos, e usa, como base, entrevistas relativas a duas PPPs. Um de seus resultados é a identificação do PNUD como um importante – e até então não citado na literatura – *stakeholder*. Embora destaquem corretamente o problema da validação externa dos resultados, trata-se de um interessante resultado que pode abrir novas trilhas de pesquisa.

Uma das funções do serviço público é estar sempre pesquisando possibilidades de menor custo social para realizar suas funções. A precificação de serviços é um exemplo disso e é alvo do segundo artigo, em que Ribeiro *et al.* propõem um método de cálculo de emolumentos para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com base no método de identificação de valores de emolumentos (MIVE), que, por sua vez, une três técnicas: SCM (*Standard Cost Model*), custeio ABC e amostragem do trabalho.

Moreira, Benedicto e Carvalho, no terceiro artigo, contribuem para a atual e importante discussão acerca do desempenho das instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Especificamente, analisam as IES federais que aderiram ao REUNI e, por meio da Análise Envoltória de Dados (conhecida como DEA, ou *data envelopment analysis*), calculam escores de eficiência que, por sua vez, são usados como variável dependente em um modelo *Tobit*, que buscou identificar correlações com alguns insumos. Os resultados evidenciam a importância dos ganhos de escala (maiores razões de alunos por professor, por exemplo) no bom desempenho das IES estudadas.

O quarto artigo, de Oliveira, Lotta e Freitas, estudou a relação entre o burocrata de médio escalão estadual e municipal e o Programa Bolsa Família por meio da análise de entrevistas realizadas com dezenove gestores (oito do Governo Federal, um do Governo de São Paulo e dez oriundos de cinco municípios paulistas). Também atentos à não validação externa dos achados (ou seja, à sua não generalização), os autores apontam para a importância de se entender melhor,

entre outras, as diferentes capacidades estatais relacionadas aos burocratas dos diferentes entes federativos.

Finalmente, o artigo de Lima faz uma análise predominantemente descritiva da carreira dos diplomatas da elite do Ministério das Relações Exteriores e sua relação com a burocracia. Entre outras conclusões, verifica-se que a Secretaria de Estado (Sere) e os embaixadores têm seus cargos de confiança alocados entre DAS-4 (Sere) e DAS-5 e DAS-6 (embaixadores). Essa peculiar divisão é um convite para novas pesquisas acerca da dinâmica política subjacente às carreiras de Estado.

O compromisso da RSP é publicar conhecimento científico sobre a gestão de políticas públicas e serviço público, de maneira a consolidar fronteiras importantes de evidências e análise que tornem possível aprimorar o aparelho de Estado e produzir melhores políticas e serviços. O conhecimento científico e as capacidades analíticas internalizadas no Estado possibilitam não apenas conhecer melhor as dinâmicas e meandros da burocracia, mas também constituir conhecimento aplicado aos diversos desafios da sociedade brasileira.

Fazendo jus à sua longa história, a RSP espera seguir como uma opção de leitura científica qualificada que auxilie no aperfeiçoamento do capital humano do servidor público brasileiro. Esta é, sem dúvida, uma condição necessária para a melhoria das políticas públicas.

Fernando Filgueiras

Editor-Chefe